

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BRANCO, Paulo. *Paulo Branco (depoimento, 1998)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**PAULO BRANCO**  
**(depoimento, 1998)**

## ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 06/05/1998 a 22/05/1998

duração: 3h

fitas cassete: 03

páginas: 24

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista foi publicada no livro *Crônica Política do Rio de Janeiro*, coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. (Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998).

## PAULO BRANCO

É jornalista desde 1968. Cursou Ciências Sociais no IFCS mas não concluiu o curso. Foi repórter, chefe de redação e colunista da *Tribuna da Imprensa*, repórter de *O Globo*, da *Última Hora* e da Bloch. Por 10 anos comentarista político da TV Bandeirantes, aí apresentou também os debates políticos realizados em várias eleições. Foi presidente da Fundação Roquette Pinto, onde não abriu mão de atuar como jornalista na TV Educativa. Hoje dirige uma *letter* chamada *Raióis-Rio* e está lançando um jornal tablóide, *Rio Capital*. Trabalhou em várias ocasiões para o governo, inclusive como coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda na gestão de Francisco Dornelles. Sua entrevista foi concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Américo Freire em 6 de maio de 1998.

## **A escolha do caminho**

*Onde o senhor nasceu, qual foi sua formação escolar e universitária?*

Sou de uma cidade de muita tradição — Vassouras, no estado do Rio —, filho de um médico muito querido, muito prestigiado na cidade, com um nível de vida que lhe permitiu mandar os filhos estudarem desde cedo no Rio de Janeiro, o que já foi uma grande conquista para nós. Estudei em bons colégios na época. Fiz o primário no São Bento do Alto da Boavista, internato, o ginásio no São José e o no Andrews, e entrei para o IFCS em 1969 ou 70, não me lembro bem. Comecei ciências sociais, mas não terminei. Foi um momento difícil, em que era quase um ato de heroísmo você se manter naquele curso, principalmente para mim, que já trabalhava, já tinha uma militância profissional. Cheguei na redação muito cedo, num momento delicado, mas consegui me profissionalizar com rapidez. Eu tinha interesse pela política, era um leitor inveterado de jornal, e o país estava saindo de um momento de muita ebulição, que foi 64. Foi um movimento muito forte, traumático, e ninguém ficava neutro numa conjuntura daquelas.

*O senhor participou de alguma coisa em 68?*

Profundamente! Assisti a tudo, participei de tudo. Naturalmente não como personagem, eu era muito jovem. Era um ativista das passeatas, apenas mais um entre muitos.

*Por que a opção pelas ciências sociais?*

Era um pouco do meu protesto, um pouco da moda da profissão, um pouco do meu interesse pela política. Por isso resolvi fazer ciências sociais. Acho que entrei num cano deslumbrante, a profissão vivia um momento muito duro, particularmente pesado. Andar com determinados livros que se era obrigado a ler fazia você se sentir na clandestinidade... Pelo fato de ter entrado muito cedo em jornal, acontecia também uma coisa curiosa: Eremildo Viana era um sujeito estigmatizado no IFCS.<sup>1</sup> Ele gostaria, vamos dizer assim, de ter uma boa relação com o dono do jornal em que eu trabalhava, Hélio Fernandes, que batia pesado nele, e então me sinalizava, me parava no corredor. Aquela simples parada no corredor era um editorial contra. Eu morria de medo de encontrar o Eremildo Viana... Isso é bom para as pessoas avaliarem como era o momento político brasileiro, radicalizado. Andar com o livro de um filósofo no bolso era um problema, você podia ser preso. O IFCS naquele momento viveu um esvaziamento muito profundo, com perda de quadros. Ou o sujeito estava exilado ou estava indo para a escola privada, porque já existia esse movimento também. Nós ficamos ali com um quadro de professores muito precário. Realmente não concluí o curso, mas não pelo desânimo em si. É que fui me profissionalizando, saindo cada vez mais tarde da redação. Acabei trancando a matrícula.

---

<sup>1</sup> Eremildo Viana foi diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e, após a reforma universitária de 1967, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo J. L. Werneck da Silva, em *A deformação da história, ou Para não esquecer* (2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986), p. 52, ainda na FNFi, em maio de 1964, ao general Acir da Rocha Nóbrega, presidente da Comissão de Investigações instalada na universidade, uma lista com 44 nomes de professores acusados de formar “um grupo vermelho” sob o suposto nome de “Célula Anchieta”. A Comissão de Investigações inocentou os acusados, e os processos decorrentes da acusação foram arquivados em 1967.

*Seu começo em jornal foi na Tribuna da Imprensa?<sup>2</sup> Como foi isso?*

Foi muito engraçado. Cheguei no jornal querendo fazer um estágio, porque tinha a convicção de que daria certo. A redação era chefiada por um jornalista, Pedro Porfírio, que foi membro do MR-8, foi preso e mais tarde se tornou vereador aqui no Rio de Janeiro. O Porfírio já tinha uma militância, já estava numa semiclandestinidade, cheguei lá muito arrumadinho, e ele imaginou que eu fosse da polícia! E então me pediu que eu provasse que estava estudando comunicação. Eu tinha dito que estava, mas não estava. Saí de lá, me matriculei no curso Platão, me deram uma carteira de estudante, de pré-vestibulando, levei e fui acolhido na *Tribuna*. E até hoje sou muito grato ao Pedro Porfírio, manifestei sempre a minha gratidão a ele, quando ele foi preso fui visitá-lo com o coração na mão, levava livros, muitos dos quais nunca voltaram — vocês sabem que isso vai passando de mão em mão e acaba sendo apreendido. Era essa a atmosfera que a gente vivia naquela época. E que, se de um lado alienou uma parte da nossa geração, de outro levou quem já estava participando a aprofundar mais a sua participação, o seu envolvimento na política. O meu foi um envolvimento jornalístico. A despeito do dever que em algumas empresas você tinha que cumprir, de ouvir os dois lados, nós éramos sempre tendenciosamente a favor do MDB.

Entrei na *Tribuna* em 1968 e fiquei lá um ano e pouco. Depois fui para *O Globo*, do *Globo* fui para a *Última Hora*, e da *Última Hora* fui para a Bloch. Fiquei dois anos na Bloch. Eu não gostaria de registrar isso, mas houve empresas em que, por causa de alguns envolvimento políticos, trabalhei durante algum tempo sem carteira assinada. O que era uma burrice, porque você assinava a matéria mas eles não assinavam a sua carteira para não mostrar envolvimento. Enfim, eram dificuldades, que foram se acentuando cada vez mais com o desdobramento do regime militar.

*O senhor chegou a sofrer alguma perseguição explícita?*

Sofri umas perseguições de que só o tempo fez com que eu me desse conta. Eram coisas sutis... Por exemplo, no tempo do IFCS eu era seguido por um policial permanentemente. Achava uma grande coincidência sempre encontrar um sujeito da polícia de Vassouras: “Que coincidência!” O cara estava me seguindo, foi destacada uma pessoa que me conhecia, da minha terra, para me acompanhar. Mas isso não era perseguição. Perseguição que eu considero foi a seguinte: houve um momento na história do país em que eu cheguei a responder a seis processos simultâneos pela Lei de Segurança Nacional. Eram processos de intimidação, que nos jogavam na defensiva e criavam efetivamente embaraços. Você tinha que constituir advogado etc. Graças a Deus, tive a sorte de encontrar duas figuras na minha vida, que foram

---

<sup>2</sup> Sobre as origens da *Tribuna da Imprensa*, ver, neste volume, o depoimento de Murilo Melo Filho, nota 1. Em outubro de 1961, o fundador do jornal, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, vendeu a *Tribuna* a Manuel Francisco do Nascimento Brito, que manteve a linha de oposição aos herdeiros políticos de Vargas e entregou a direção do jornal a Mário Faustino e Paulo Francis. Pouco tempo depois, contudo, em 12 de março de 1962, o jornal foi vendido a Hélio Fernandes. Sob sua direção a *Tribuna* fez oposição a Goulart, apoiou o golpe de 64, mas em seguida passou a combater o governo Castelo Branco. Quatro dias antes das eleições legislativas de 1966, Hélio Fernandes teve sua candidatura a deputado federal pelo MDB impugnada e foi proibido de assinar qualquer matéria em seu jornal, passando então a usar o pseudônimo de João da Silva. Em julho de 1967, por ocasião da morte de Castelo Branco, escreveu um violento editorial sobre o ex-presidente, que provocou indignação nas Forças Armadas e o levou à prisão, durante 30 dias, em Fernando de Noronha. Desde então outras crises ocorreram, e o jornal, até hoje sob a direção de Hélio Fernandes, tem-se mantido fiel a uma posição nacionalista. Ver *DHBB*, op. cit.

Evaristo de Moraes Filho e Jorge Tavares, que nunca me cobraram nada em processo algum. Outro foi José de Castro Ferreira. Mas só você onerar figuras dessa importância para defendê-lo, é uma coisa desagradável.

Também só algum tempo depois me dei conta de por que foi que passei tantos anos sem carteira de identidade. Não sei se vocês se lembram, mas houve uma época em que para tirar carteira de identidade se levava quase um ano, era uma burocracia complicadíssima, uma fila enorme. Perdi a minha carteira, fui tirar outra, demorei um tempo imenso para recebê-la, e quando recebi e o sujeito me mandou conferir, o meu nome estava grafado errado: meu nome é Paulo Cezar, com z, e estava grafado com s. “Então o senhor vai ter que deixar a carteira aqui”. Eu disse: “Ah, não é possível! Estou há um ano esperando essa carteira!” “Não, o senhor tem que fazer o procedimento de novo”. Fiz novamente o procedimento, e veio a carteira com a data de nascimento errada. Foi a segunda carteira que eu devolvi. Na terceira, o nome da minha mãe veio errado. Quando o sujeito me mostrou a terceira carteira de identidade, eu estava no quinto ou sexto ano sem documento, disse: “Está certo”. Botei a carteira no bolso e fiquei muitos anos como ela.

Só me dei conta de que isso era uma atitude política porque o passaporte, que devia ser muito mais difícil tirar, eles me entregavam com facilidade. Quer dizer, para ir embora você tinha documento, mas para viver a sua vida normal, não. Para embarcar num avião para Brasília, para fazer matérias políticas, eu tinha que ter uma pessoa me abonando no aeroporto, porque não tinha identidade. Como eu era uma pessoa simples, de vida modesta e sem ambição material, a carteira não me fazia tanta falta. Mas para quem precisava fazer negócios, abrir conta em banco, pegar financiamentos, não ter carteira com certeza representava um empecilho, era uma maneira de tumultuar a vida da pessoa. Para as minhas viagens isso criava dificuldades, mas sempre encarei com *fairplay*, achava que fazia parte do jogo.

Depois da redemocratização do país, um grande contingente de jornalistas foi à Justiça reivindicar uma aposentadoria especial. Eu não reivindiquei nada. Fiz a oposição que fiz porque quis fazer, pelas minhas convicções e por uma decisão unilateral. Ninguém me obrigou a ser oposição. Uma vez publiquei uma nota que nem era contra nada, era uma opinião do ministro do Exército que foi mal interpretada, e eles fizeram uma nota oficial de umas 90 linhas me espinafando, que foi lida na “Voz do Brasil”. Quer dizer, o que eu posso fazer? Você está num regime de exceção... Fui processado, um processo que realmente deu um trabalho danado ao Evaristinho. Enfim, tudo isso são coisas desgastantes, mas são caminhos pelos quais você envereda sem que ninguém o convide, porque você quis. Poderia ter seguido outros caminhos, outra profissão. Escolhi o caminho que quis e arqueei, e até hoje arco, com o ônus disso.

### ***Na Tribuna da Imprensa***

*Na Tribuna da Imprensa o senhor entrou direto na política?*

Não. Fazia reportagem. Aprendi tocando de ouvido. Depois, quando fui trabalhar no *Globo*, a política — é uma coisa curiosa — ficava lá pela 13<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> página. As páginas 2 e 3 vinham com notícias de Cedae, engarrafamento de trânsito. Foi uma época que marcou o sepultamento da política. Era mais importante o engarrafamento do que uma matéria de âmbito nacional, uma medida do presidente da República, um discurso no Congresso. As medidas econômicas não, essas eram sempre muito divulgadas, muito badaladas. A economia tinha um peso muito significativo naquela época.

*Quando o senhor começou a fazer crônica política?*

Mais ou menos em 1978, quando pedi ao Hélio Fernandes para fazer uma experiência como colunista. Em 1972, 73 eu tinha voltado para a *Tribuna*. Mas mesmo depois de voltar fiz outras coisas também: fiz a *Manchete*, fiz rádio, fiz a TV Bandeirantes, sempre junto com a *Tribuna*.

*A Tribuna, digamos, era o seu emprego mais estável.*

Mais estável no sentido de permanência, mas eu me considerava mal remunerado. Fazia então participações em programas de televisão, um *free lance* aqui e ali, escrevia matérias para o *Opinião*, para o *Movimento*. Fiz muita pesquisa para político, trabalhei como *ghost writer*, ajudava candidatos a gravar programas em período eleitoral, enfim, dava assessoramento. Não só no sentido intelectual, mas às vezes técnico mesmo, ajudava o sujeito a falar no rádio, na televisão. A *Tribuna* foi o meu emprego estável por muito tempo até porque eu não ia lá. Durante um período fui chefe de redação do jornal, mas num outro período fui colunista em casa. Só ia ao centro da cidade receber o salário. Passei um bom tempo assim.

*O senhor estava na Tribuna na época das bombas, dos incêndios de bancas de jornal?*<sup>3</sup>

Estava. Aquilo tudo era provocação criminosa. Eles queriam fechar o regime de qualquer maneira, não queriam saber de abertura. O regime militar, em 1973, cometeu um erro imperdoável. Naquela crise do petróleo, em que o barril, que custava US\$ 3,00, foi parar em US\$ 20,00, o Brasil se manteve como uma ilha de tranqüilidade, segundo a expressão usada pelo Geisel na época. Nós não tivemos uma correção de preços, não sofremos nenhum impacto. É claro que isso onerou a balança comercial do Brasil desbragadamente. E isso, na minha opinião, foi um marco para o fim do regime militar, o regime começou a andar contra o relógio a partir dali. Mas houve um determinado momento em que se tentou reverter o processo de liquidação do regime através da violência, dos atentados a bomba. Culminou com o caso do Riocentro,<sup>4</sup> que foi inclusive avisado a alguns participantes do governo. Meu amigo Eduardo Portela, quando concedeu a anistia ao Darcy Ribeiro para ele voltar ao IFCS, foi chamado pelo general Medeiros, que fez uma advertência de que haveria em breve um confronto, que o país estava correndo risco. Logo em seguida veio o atentado do Riocentro.

<sup>3</sup> Entre abril e setembro de 1980, bancas que vendiam jornais de esquerda começaram a ser atacadas em diversas cidades do país, enquanto vários atentados a bomba eram perpetrados contra jornais e instituições. Na OAB, uma carta-bomba matou a secretária Lyda Monteiro em 27 de agosto. Em 1981 foi a vez da *Tribuna da Imprensa*, onde uma bomba destruiu rotativas e instalações. Ver *DHBB*, op. cit., e Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, *A volta aos quartéis. Memória militar sobre a abertura* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995).

<sup>4</sup> Em 30 de abril de 1981, durante show de música popular para 20 mil pessoas, realizado no Riocentro, na Barra da Tijuca, em comemoração ao 1º de maio, uma bomba explodiu dentro de um automóvel no estacionamento, causando a morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. Surgiram suspeitas de que o atentado visasse a comemoração e de que a explosão tivesse vitimado acidentalmente os militares, mas o IPM instalado para apurar os fatos acabou por ser arquivado por falta de indícios de autoria. Em agosto o general Golbery do Couto e Silva, principal articulador da abertura, demitiu-se da chefia do Gabinete Civil do presidente João Figueiredo. A imprensa destacou na época suas divergências com o general Otávio Medeiros, chefe do SNI, em relação às conclusões do IPM do Riocentro. Ver Gláucio Ary Dillon Soares et. al., op. cit.

*Qual era a posição de Hélio Fernandes dentro da Tribuna nessa conjuntura? A Tribuna foi um jornal com uma trajetória ambígua em relação ao regime militar.*

O Hélio assinou a sentença de morte dele, empresarial, quando escreveu um artigo no dia da morte do Castelo Branco. Um artigo profundamente violento, com texto excepcional, muito sincero mas muito rancoroso. A *Tribuna* era, até então, um jornal do *establishment*, foi um jornal que participou da revolução, mas o Hélio rompeu com a revolução em função da cassação dos seus direitos políticos, por razões que imagino que ele não saiba quais foram, e que talvez não existissem mesmo. Reagiu com fúria, e a *Tribuna* ficou na contramão do regime militar.

*Mas de certa forma os militares deixaram um espaço para Hélio Fernandes, não? A Tribuna sobreviveu.*

A *Tribuna* é um jornal de poucas páginas que ganha na venda avulsa. Sobreviveu, na minha opinião, também em função dos seus custos operacionais muito baixos. A grande imprensa inventou uma fórmula de vender serviços através de agências de notícias, e a *Tribuna* tinha o serviço da agência Estado de S. Paulo. Na redação havia uma meia dúzia de redatores que praticamente reproduzia o noticiário da agência, e o jornal incorporava colunas. Havia a minha coluna na página 2, a do Sebastião Nery na página 4, a do Paulo Francis não sei em que página, a do Hélio Fernandes, a do Márcio Moreira Alves. Eram essas pessoas que davam sustentação de leitura ao jornal. A *Tribuna* sempre foi um jornal de colonistas. Uma fórmula que se mantém até hoje.

Houve um determinado momento em que tive grandes oportunidades de sair da *Tribuna* e ir para outros projetos. Mas me sentia moralmente impedido. Quer dizer, um sujeito mete uma bomba no jornal, você está ali dentro, respondendo a vários processos vinculados àquilo que faz, como é que você vai embora? Não dá! Você cria um nível de compromisso. Não recuso esse compromisso, acho que o Hélio Fernandes tem uma marca que lhe é muito favorável: durante todo o período em que trabalhei lá, nunca interferiu no meu trabalho.

*Ele não tinha mesmo alguém que o bancasse politicamente, não estava comprometido com algum grupo dentro do governo militar?*

Não estava, não. O custo do jornal era tão baixo que qualquer faturamento lhe dava condições razoáveis de funcionar.

*O jornal foi censurado?*

Muito! A censura foi uma coisa brutal! E era uma coisa muito covarde. Você fazia uma matéria e, se pudesse deixar aquele espaço em branco, ficava caracterizada uma censura, um protesto, além de se fazer uma economia de meios. Até um determinado ponto nós conseguimos manter aquele espaço em branco. Depois a censura sentiu que estava nos favorecendo, porque estava consolidando para nós uma imagem de vítimas dela e não estava corroendo comercialmente o jornal. Então passou a nos obrigar a preencher os brancos. Essa foi a maneira de moderar o jornal, porque o sujeito que não queria escrever para não sair passou a escrever de uma maneira moderada, para sair.

*A censura era feita na própria redação?*

Era, e por pessoas muito burras, muito despreparadas. Era até engraçado. Era proibido falar de autoridade, e houve um dia lá em que eles censuraram, na página de esportes, uma crítica ao presidente do Bangu. O cara considerou: “Presidente é



autoridade, autoridade não pode, então não pode o presidente do Bangu”! Chegou a esse nível. *O Estado de S. Paulo* também foi muito censurado, houve um momento em que publicava na primeira página receitas de bolo...

A *Tribuna* não tinha nenhuma articulação empresarial. Tinha publicidade de empresas muito independentes. Você pega um banco privado, por exemplo o Bradesco, do Amador Aguiar: você acha que ele tinha que pedir licença ao Golbery para publicar o anúncio lá? Era só ele querer, era só ter razão, para publicar. Magalhães Pinto, com o Banco Nacional: você acha que ele não ia publicar porque o Golbery não deixa, porque o Medeiros não quer? Se fosse o caso, publicava. E o custo da *Tribuna* era tão baixo que com pouco anúncio se segurava a despesa. O Hélio nunca viveu bem, nunca foi rico, como empresário. Sempre viveu disciplinadamente, uma vida pessoal simples. Do Hélio Fernandes eu diria o seguinte: ele foi vítima desse artigo contra o Castelo, e acho até que não se arrepende. Mas ele deveria ter ido para Brasília. Foi esse o maior pecado. É um grande jornalista e, se tivesse ido para Brasília, teria marcado uma presença muito maior, como nos tempos em que era jornalista sem ser dono de jornal. Aqui no Rio ele ficou longe da notícia.

*A Tribuna não criou um escritório em Brasília?*

Havia lá uma coisa muito pequena, muito incipiente. Manter a *Tribuna* virou uma luta de resistência. Não era uma questão de crescer e melhorar, era uma questão de não morrer.

*Apesar de tudo, a Tribuna continuou sendo um jornal importante.*

Sim. E teve uma importância tão grande que eu saí dali convidado pelo Tancredo Neves para participar da equipe dele.<sup>5</sup> Houve, vamos dizer assim, um amor à primeira vista meu com o Dornelles, e fui trabalhar com o Dornelles no Ministério da Fazenda. Aquilo demonstrava não só a nossa participação naquele processo, o nosso peso específico, como a própria importância do jornal. Foi um jornal que teve, naquele momento de retomada da democracia, alguém saído dos seus quadros dentro do governo, representando uma corrente de apoio à implantação da Nova República, que infelizmente deu no que deu: no governo do Sarney.

*O senhor então foi para Brasília? E depois? Saiu junto com Dornelles?*

Fui para Brasília, fiquei um ano lá. Saí do Ministério da Fazenda quando o Dornelles saiu, mas ainda tive uma pequena passagem no Ministério da Indústria e Comércio, com o Roberto Gusmão. Eu estava muito azedo. Estava muito informado e não queria usar aquele *know-how* que tinha adquirido dentro do governo contra o próprio governo. Então fiquei um período de quarentena. Aí voltei para o Rio de Janeiro e voltei para a *Tribuna*. Não deveria ter voltado, de certa maneira escolhi o caminho mais fácil, em vez de tomar outra direção. Mas voltei com uma outra postura, fui também para a TV Bandeirantes, fazia comentário diário na televisão. Apresentei os debates da emissora em várias eleições.

Só saí da *Tribuna* no governo Itamar, para ser presidente da Fundação Roquette Pinto. Nos dois anos do Itamar fiquei dirigindo a TV Educativa e a Rádio MEC. Afinal, quando saí da TV Educativa, resolvi fazer um negócio meu. Chega um

---

<sup>5</sup> Em 1984 foi lançada a candidatura de Tancredo Neves à eleição, ainda indireta, para a presidência da República, a ser realizada em 15 de janeiro de 1985. Tancredo montou sua equipe de governo, mas faleceu em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse. Em seu lugar assumiu o vice-presidente José Sarney, que manteve os indicados, entre eles Francisco Dornelles, ministro da Fazenda de 15 de março a 27 de agosto de 1985. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

momento na sua vida em que aquele compromisso com a redação já não atende mais. É muito tempo por um salário que não corresponde. Resolvi fazer uma experiência e tenho uma *letter* minha, chamada *Raioxis- Rio*. Está aí, entrando no seu quinto ano, e estou muito feliz. Estou lançando agora, também, um tablóide chamado *Rio Capital*, que é uma edição ampliada da *letter*.

### **Brasília, Rio de Janeiro e estado do Rio**

*Na sua visão, o que significou para o Rio de Janeiro a perda do status de capital federal e, conseqüentemente, o deslocamento do eixo político para Brasília?*

Durante um certo tempo se resistiu muito em transferir a capital. Até os anos 80 ainda havia muita coisa funcionando no Rio de Janeiro. E os políticos também, todos eles tinham casa no Rio. Onde era a base do Magalhães Pinto? Era embaixo do Tancredo Neves, no mesmo prédio. Havia um prédio no Rio onde tinham apartamento Tancredo Neves, Magalhães Pinto, Walter Moreira Sales, enfim, pessoas importantes. Todos os políticos viviam no Rio de Janeiro, passavam férias no Rio de Janeiro. Peguei o tempo do Palácio Monroe, em que os políticos vinham aqui para dar entrevista. Conheci Petrônio Portela assim, vindo ao Rio conversar com a gente. Daniel Krieger. Era uma deferência, uma coisa mais ou menos nostálgica, antes da afirmação de Brasília como capital. Um grupo de jornalistas criou o Clube dos Repórteres Políticos, que funcionou na Casa da Suíça, para atrair esses políticos para o Rio, para darem entrevista. Os mais aflitos, e menos conformados com a mudança da capital, iam para o aeroporto para encontrar os políticos e manter o noticiário aceso. Mas isso foi acabando.

*A seu ver, quando se rompeu esse clima, quando o Rio perdeu mesmo a parada?*

Acho que na metade dos anos 80. Até então ainda havia coisas expressivas aqui no Rio. A mesa do Banco Central: a transferência foi há pouco tempo. Até recentemente ainda funcionavam aqui os órgãos mais importantes dos ministérios da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria e Comércio.

*Daqui a pouco nós vamos fazer 25 anos de fusão do estado da Guanabara com o antigo estado do Rio, e até hoje esse tema continua polêmico e suscita divergências. Como o senhor vê isso?*

À luz da história, a fusão nasceu de um projeto muito pessoal que está descrito num livro que todo mundo cita e ninguém leu, que é o *Geopolítica*, do general Golbery.<sup>6</sup> Ele tinha razões, acho que até consistentes, para dizer que a Guanabara, como cidade-estado, era uma coisa meio deformada. Então plantou-se a idéia de se constituir um novo estado do Rio. Mas o primeiro movimento que se fez no sentido de fundir os dois estados foi logo depois do movimento militar de 31 de março, que eu chamo de 1º de abril, porque aconteceu efetivamente em 1º de abril. Quando o Golbery se tornou chefe do SNI esse projeto dele já aflorou, foi discutido, mas houve rejeição dos dois lados. O estado do Rio, com aquele caciquismo tradicional, reagiu, e a antiga Guanabara também, porque entendia que iria perder muito incorporando a pobreza geral – no sentido político, econômico e de costumes – do antigo estado do Rio de Janeiro.

Naquele período houve também o seguinte: o governador Negrão de Lima, no exercício do seu mandato, foi muito cortejado por um grupo que queria dissolver a

---

<sup>6</sup> Trata-se de *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva (Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Documentos Brasileiros).

idéia da fusão e criar municípios no Rio de Janeiro. O projeto que venderam a ele era o de fazer da Guanabara um estado como outro qualquer, com a criação de três municípios – se não me engano, Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Campo Grande ou Bangu. Eram pessoas que estavam interessadas em construir nichos políticos, em se eleger deputados por aquelas regiões. Um dos que participaram disso foi Aristóteles Drummond, então diretor da Cehab e amigo do governador. Mas Negrão era devedor do general Golbery. Se recuarmos um pouco mais na história, vamos ver que o Negrão só se fez governador da Guanabara graças ao apoio que recebeu do regime militar contra a candidatura do Flexa Ribeiro, que era apoiada pelo Carlos Lacerda. Como o Negrão já não era uma pessoa corajosa e voluntariosa, e era devedor, essa idéia de criar municípios desapareceu.

A idéia da fusão, que não prosperou naquele momento, foi retomada, já com uma razão subjacente, por volta de 1973, 74. Quando se percebeu que a antiga Guanabara tinha-se tornado o nicho das oposições, resolveu-se forçar a mão e criar um novo estado.

*Na verdade, a idéia da fusão é anterior a 64. Quando se ia transferir a capital para Brasília, em 60, houve um debate entre os que já naquele momento queriam a fusão e os que achavam que devia ser criado o estado da Guanabara. A idéia é anterior ao regime militar.*

Pode ser. Eu diria o seguinte: o projeto em si é pertinente, tem lógica. O Rio de Janeiro era uma cidade riquíssima, e o estado do Rio, em todos os sentidos, era o mais pobre, embora o Paulo Torres, que foi governador do antigo estado do Rio, dissesse o contrário, que o estado do Rio iria empobrecer com a fusão. Eles sim, iam perder os feudos que comandavam. Mas a idéia é altamente pertinente. E se me perguntarem se deu certo, não tenho nenhuma dúvida em dizer que deu. Acho que a cultura da Guanabara acabou predominando, acabou se impondo sobre a do estado do Rio de Janeiro. A cultura política, a cultura administrativa, a cultura econômica da Guanabara se impôs. Você vê o funcionamento da máquina administrativa: a prevalência absoluta é da cultura carioca. Foi uma assimilação difícil!

*Muitos acham que até hoje não houve uma junção. Fala-se na turma da Guanabara e na turma do estado do Rio...*

Até hoje você tem a turma da Guanabara e a turma do Rio de Janeiro. Mas quero dizer o seguinte: em todas as instâncias, dos tribunais, do Judiciário, as práticas são muito mais características da Guanabara do que do estado do Rio. Quem faz qualquer coisa prevalecer ou não são os meios de comunicação. E os meios de comunicação sempre deram mais ressonância, por todas as razões, à vertente carioca em detrimento da vertente fluminense. Você pega a Assembléia Legislativa, pega os tribunais, e vê que as figuras com representatividade são cariocas. Isso a despeito de o Legislativo, hoje, ser constituído majoritariamente de políticos do interior do estado. A cultura dominante é a formada aqui pelo Rio de Janeiro. E acho que nós todos ganhamos ou ganharemos com isso mais adiante. Se prevalecesse o *modus operandi* da política do estado do Rio, estaríamos aniquilados. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

*Na sua opinião, se houvesse um plebiscito hoje, ganharia a fusão ou a desfusão?*

Acho que ganharia a desfusão, porque a questão se resume no poder. Se você for dividir o poder por dois, os dois lados vão gostar, quem vai voltar a ser poder no antigo estado do Rio e quem vai passar a ser poder aqui na Guanabara. Mas essa é

uma questão que não se coloca. O que se tem que avaliar é como funcionou a integração do estado. Eu não saberia avaliar, o problema migratório hoje se acentuou de tal maneira que eu não sei dizer. Falta um estudo mais detalhado. Você pega, por exemplo, a assistência médico-hospitalar que é dada nos hospitais da cidade do Rio de Janeiro à população do estado do Rio de Janeiro. Como separar isso? Querer dissociar, separar, significa uma certa nostalgia. É preciso ao contrário integrar o estado, andar para a frente. E acho que já há um esforço muito grande nesse sentido. O governo do Marcello Alencar, até por deficiências gerais, priorizou o investimento no interior, e é importante que isso tenha sido feito. Quando faltam recursos para grandes obras, os governos investem no interior, e com esse tipo de atitude tornam a fusão irreversível. Eu, que sou do antigo estado do Rio, não vejo muita graça nessa história de desfusão, nem vejo chances de sucesso. Você pode promover a desfusão, mas vai ser um processo tão doloroso quanto foi o da fusão.

*Haveria um gasto que seria uma loucura! Uma irracionalidade.*

Mas você vai sempre encontrar quem queira fazer isso, não tenha dúvida. Porque você vai ser obrigado a ter dois tribunais de contas, duas assembleias legislativas, dois governos de estado... Isso está dentro da nossa cultura. Acho a idéia de desfusão tão inocente quanto o projeto de retornar a capital da República para o Rio de Janeiro. São coisas que não dão mais! O Rio de Janeiro hoje, com as suas características, com a dimensão demográfica que ganhou o país, com o comportamento humano, com o nível de participação política, não permite que você bote um presidente da República na rua do Catete! O sujeito, da calçada, joga uma pedra na cabeça do presidente despachando! As coisas mudaram muito!

### **As faces de Chagas Freitas**

*Como o senhor viu, na época da fusão, o conflito entre os grupos políticos carioca e fluminense, ou seja, entre chaguistas e amaralistas?*

Na intelectualidade, havia evidentemente um grande sentimento de rejeição ao regime militar. Então as coisas estavam muito bem departamentalizadas: o mocinho era o segmento do Amaral Peixoto, que fora forçado a ir para o MDB quando criaram Arena e MDB — isso as pessoas não lembram, ninguém queria ir para o MDB, foi preciso passar uma cantada no Amaral Peixoto para ele não aderir ao partido da revolução —, enquanto o Chagas ficou numa posição meio atravessada, porque passou a ser o homem do regime no MDB. Quer dizer, foi o sujeito que se dispôs a legitimar o regime militar fazendo aquele papel que a sociedade recusava para o MDB, de colaborar com o regime governando de forma adesista o único estado de oposição na federação. Acho que é bom voltar a essa briga porque há histórias muito interessantes. E acho que devemos nos deter um pouco também na figura de Chagas Freitas, porque eu, por exemplo, fiz muita oposição a ele, mas uma oposição emocional. Nós vivíamos aquela conjuntura de desfavorecimento, de ausência de liberdade, e ele era uma figura, vamos dizer assim, proscrita para as oposições, mas que fez o dever de casa como governador.

Chagas era uma figura controvertida. Mas era uma pessoa menos ruim do que a história o pintou. Vou contar uma passagem que julgo muito importante. Carlos Lacerda, quando era governador, desapropriou o Parque Lage. Era uma área fantástica, adquirida pelo Roberto Marinho, que evidentemente queria fazer projetos imobiliários ali. A sociedade apoiou a desapropriação, mas o governo do estado não pagou por ela. Acabou o governo Lacerda, acabou o governo Negrão, e quando o Chagas tomou posse, Roberto Marinho fez gestões para receber, o que era

absolutamente legítimo. Mas Chagas fez pé firme: “Não tenho condições de pagar, o estado não tem economias para isso, politicamente é uma questão muito polêmica”, e não pagou. Uma coisa realmente curiosa: eram colegas, donos de jornal, amigos, solidários, com as mesmas causas, os mesmos projetos. Muito bem. Roberto Marinho foi então ao Geisel, e o Geisel pediu ao Chagas que pagasse os precatórios que o estado tinha para pagar — os precatórios têm que ser pagos pela ordem de entrada, você não pode pegar um precatório lá de baixo e pagar na frente. O que o Geisel disse ao Chagas Freitas foi o seguinte: “Você paga os que estão na frente, que é para o que está embaixo chegar logo em cima, para o Roberto Marinho receber o dele”. Quem pagou esses precatórios foi a União. É por isso que o Parque Lage é federal. Essa história banal é altamente reveladora de um lado zeloso do Chagas Freitas. Ele fez dois governos, um mais ou menos e o outro muito ruim, mas com as preocupações fundamentais de gerente atendidas.

Agora, acho que o Chagas Freitas, ao mesmo tempo em que tinha um lado bom, de preocupação com a cultura, de preocupação em manter o serviço público funcionando, se lixava para a questão ideológica. Era um populista, só queria o poder e tinha práticas muito ruins. Pelo voto, fazia qualquer papel. Todo mundo se queixa das pesquisas de opinião que são feitas hoje. *O Dia*, que sempre foi um jornal fortíssimo, juntava uns deputados ligados ao Chagas Freitas e fazia uma pesquisa falsa, listava os 50 mais votados a critério deles e publicava. Lá no meio, no 42º lugar, eles botavam um cara de esquerda para legitimar a pesquisa. Botavam o resultado na rua, todo mundo acreditava, e acabava dando certo! Todo mundo era eleito! Quer dizer, Chagas era um homem que tinha esse nível, permitia que o jornal dele fosse usado para isso.

Como operava a democracia interna de Chagas Freitas, com seu domínio partidário fantástico? Aparecia uma vaga de delegado na 1ª Zona, e ele dizia: “Na 1ª Zona tem que ser um sujeito... Vamos botar um crioulo lá!” Pegava uma pasta que ele tinha — era um arquivo pessoal —, escolhia a pessoa pela cara e nomeava. Se você pega um sujeito do lumpesinato e dá a ele um DAS-8, que naquela época eram quase US\$ 2 mil, o sujeito virava vassalo... Chagas tem esse ônus, trouxe para a política o lumpesinato, deu mandato a gente despolitizada, botou na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa pessoas desse naipe. Piorou a vida pública. Mandou como ninguém e, se para baixo usava o tacape, para cima batia continência.

Na sucessão do Faria Lima, o médico Guilherme Romano, dono da Casa de Saúde Santa Lúcia, foi talvez o principal co-autor da absorção do nome do Chagas para o governo do estado. Todo mundo dizia que o Romano mandava e desmandava no Golbery, o que não é verdade, o Romano gozava de prestígio junto à dona Esmeralda, mulher do Golbery, que era uma pessoa muito destemperada e era obcecada por ele. Quem impôs o Romano ali naquele convívio foi ela. E o Romano era uma pessoa muito esperta, audaciosa, e acabou com uma influência grande mas sem nenhum prestígio público. Deu muito chá de cadeira no Chagas Freitas, que ia ali para Casa de Saúde Santa Lúcia para cavar espaço junto a Brasília para governar o estado. Uma vez eles foram, os dois juntos, conversar com o Golbery na Granja do Ipê. O Golbery aproveitou que o Chagas estava voltando com o Romano e deu uma dúzia de ovos de pavão para ele trazer. O Chagas trouxe aquilo com grande cuidado, morrendo de medo de quebrar aqueles ovos! E o Romano contou para todo mundo na época, jogou o Chagas num grande ridículo. Mas ajudou muito o Chagas a ser absorvido, em troca de um acordo que era o seguinte: Chagas governador e Romano prefeito. E o José Luiz Montelo, velho amigo do Romano, ia ter uma diretoria no

Banerj. Muito bem. Chagas, feito governador, precisava dar uma volta nesse acordo. O que ele fez? Escolheu para prefeito uma pessoa mais forte do que o próprio Romano junto ao Golbery, o Israel Klabin,<sup>7</sup> o que aliás deu um grande alívio ao Golbery, que também não queria o ônus de indicar o Romano, que era uma pessoa polêmica, desabrida. Às vezes as coisas acontecem e ninguém entende por quê. O Chagas se vingou e deu ao Romano desprezo, o engavetou. Por isso é que o Romano ficou até o final da vida dele associado politicamente ao Nelson Carneiro.

Chagas era uma figura assim. Comandava com mão de ferro um partido em que ele botava as pessoas que queria nos lugares que queria. *O Dia* ajudava inventando fatos, passeatas do MDB que nunca aconteceram: “A passeata vai sair de tal lugar, passar por tal lugar e desembocar em Copacabana, na Zona Sul...” Nunca saiu passeata nenhuma! Tem até uma história muito engraçada, do Benjamim Farah, que foi para uma esquina do bairro de Fátima esperar a passeata, ficou de nove às 11 e depois, no dia seguinte, leu que a passeata tinha passado. “Como é que eu não vi essa passeata?” O Chagas: “Você chegou tarde”...

*Chagas Freitas foi a melhor alternativa do regime militar para suceder a Faria Lima?*

Não sei se foi a melhor alternativa, mas foi a alternativa à mão e cumpriu a tarefa de uma maneira muito saborosa para o regime. Agora, também gerou muita animosidade e muito ódio, porque nesse processo todo houve algumas coisas truculentas. Por exemplo, ele deixou de dar posse a uma suplente que tinha direito mas era contra ele, uma moça de Volta Redonda, Rosalice Fernandes. Pressionou o presidente da Assembléia, que na época era o Cláudio Moacir, para não dar posse. Passaram por cima da lei e não deram.

Abrindo um parêntese, há uma passagem engraçada. Uma vez nós fomos ao Líbano — era uma delegação de jornalistas e parlamentares — e fomos recebidos à meia-noite pelo Yasser Arafat. Todo mundo achava que era um momento histórico e queria fazer discurso: um em defesa da causa do homem negro, outro das minorias etc. Lá pelas duas horas da manhã, levanta-se o Edson Khair — era até de origem chaguista, depois mudou de lado, não sei por que brigou — e faz um discurso, perante um homem do porte do Yasser Arafat, com aquele seu mundo de preocupações, para denunciar Chagas Freitas! Um negócio realmente inacreditável! Você vê o nível de paixão que a coisa despertava! Eu estava sentado do lado do Arafat e, quando o Khair disse aquilo, mexi um pouquinho com a perna. Pois o Arafat bateu em mim — fiquei impressionadíssimo —, senti que aquilo era um sinal de intolerância minha. Devia estar treinadíssimo, imagina as delegações que não devia receber, o que não devia ouvir. Pediu paciência!

O nível de paixão era esse. Chagas tinha coisas incríveis. Na eleição de 74, o MDB elegeu na Guanabara Nelson Carneiro, Danton Jobim e Benjamim Farah, os três de uma vez, para senador. O Chagas fez a campanha do Nelson com raiva. Mandou fazer cartazes coloridos acentuando a boca de negro do senador. O Nelson ficou furioso, mas depois concluiu que aquilo deu resultado eleitoral. Até morrer usou aqueles cartazes. Nelson Carneiro foi meu amigo até morrer, mas tinha uma coisa... Certa vez fui entrevistá-lo para a *Fatos & Fotos*, que estava numa fase muito boa, e mexi na questão do racismo. O senador ficou chateado. Disse que não era negro, que seus pais eram brancos e seus filhos também. Fiquei desconcertado, numa grande

<sup>7</sup> Israel Klabin foi prefeito nomeado do Rio de Janeiro de 15 de março de 1979 a 3 de junho de 1980. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.

inibição. O irmão do Nelson, Edson Carneiro, se intitulou a vida toda o primeiro sociólogo negro do Brasil... Não tive nem coragem de fazer esse comentário na hora.

Eu não saberia fazer uma avaliação do desempenho econômico dos governos Chagas, mas consta que foi muito favorável, porque quando ele assumiu o segundo governo o Rio de Janeiro estava com uma taxa de crescimento mínima, e quando terminou estava com uma taxa altíssima, bem melhor. Eu diria mais o seguinte: se há uma coisa que ele fez bem foi cuidar da cultura. Praticamente entregou a área à mulher dele, dona Zoé, que fez coisas muito importantes aqui no estado. Ruim foi o pessoal que ele desembarcou na política.

Vou contar um caso só para ilustrar. Na Câmara Municipal havia um vereador chamado Paulo Maia. Era um rapaz modestíssimo, dono de um barzinho numa favela. Chegaram aqueles caras e disseram: “Precisamos eleger alguém lá, vamos botar o Paulo Maia”. O Paulo Maia de repente virou vereador. Ele, que era um sujeito simplíssimo, comprou um terno branco, ganhou aquele primeiro salário na Câmara e arrumou uma loura. Exerceu o mandato quatro anos, com a história da coincidência de mandatos houve a prorrogação por mais dois, viveu nababescamente seis anos, e aí perdeu a reeleição. Esse rapaz apenas morreu. Descobriu, depois de derrotado, que não tinha um tostão, não tinha emprego, não tinha nem o botequim, e morreu do coração.

Chagas fazia isso: guindava ao cenário político pessoas sem nenhuma expressão. Escolhia a pessoa, botava alguém para escrever uma coluna para ela no jornal e elegia.

*Ele elegeu muita gente: Sandra Salim, que foi muito bem votada, Edgar de Carvalho Jr., Marcelo Medeiros...*

O Marcelo não pode ser citado nesse grupo. A grande figura da cozinha do Chagas foi Marcelo Medeiros. Hoje está vivendo a vida dele, é advogado, com causas importantes, inclusive fora do Brasil. Na hora da sucessão Chagas ficou entre ele e o Miro. Houve um momento em que o Chagas fez a opção pelo Miro, e fez a opção errada, porque o Marcelo era mais qualificado. Se o Chagas tivesse feito a opção pelo Marcelo teria sido outra coisa, a história teria tomado outra direção. Miro Teixeira ficou muito exposto com os 500 mil votos que obteve, mas sua atuação na Câmara não correspondia.

*Miro não se colocava.*

Não se colocava, era uma coisa difícil para ele. Mas quando o poder resolveu que estava na hora de fazer o sucessor, Chagas abriu todos os espaços, e o Miro acabou, num processo muito curioso, assimilando as esquerdas. Criaram uma assessoria para ele, os “luas-pretas”,<sup>8</sup> e ele, como neófito, foi tomando contato com aquele tipo de problema, com aquele tipo de realidade — vivi muito intensamente isso porque tentei fazer do Hélio Fernandes o candidato dele a senador. Fiquei durante um ano e tanto aproximando o Hélio do Miro, eles se entenderam, o Hélio seria candidato, mas depois viu-se que a coisa não tinha muita consistência e eles acabaram rompidos naquela mesma eleição. Mas o que aconteceu foi que o Miro se encantou com a esquerda e esqueceu Chagas Freitas. Eu vi uma coisa impressionante no enterro do Ivan Chagas Freitas, filho do Chagas. O Miro foi lá cumprimentá-lo e o Chagas deu as costas, não aceitou o cumprimento num momento daquela dramaticidade. Eu soube depois que antes do Chagas morrer, alguém fez o reencontro dos dois.

<sup>8</sup> Ver, neste volume, o depoimento de Pedro do Coutto, nota 31.

## Chagas x Amaral

*Vamos voltar ao conflito entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto na época da fusão?*

Vamos lá. Amaral não era um homem de esquerda, era um homem conservador. Logo na fusão, ele o Chagas começaram a bater chapa pelo controle do MDB. Houve uma figura chave nesse processo, que era ligada ao Amaral Peixoto, o deputado Cláudio Moacir. Cláudio Moacir não era um líder importante, mas era uma pessoa muito curiosa, meio falante. O Amaral uma vez me disse que ele ia ser um futuro governador do estado do Rio de Janeiro... Era um sujeito de Macaé, calça branca, meio mal ajambrado, mas tinha um discurso, falava bem pra burro, tinha *timing*. Depois que você via como ele tocava o discurso dele, percebia que não tinha tanto mistério. Mas impressionava. Eu não saberia detalhar os motivos pelos quais, na grande convenção de 76, ele mudou a direção do voto dele e de alguns outros, e o partido acabou nas mãos do Chagas Freitas. Mas tenho certeza absoluta de que foi o Cláudio Moacir que desequilibrou. Eu me lembro, foi uma diferença mínima, de um ou dois votos. Outra pessoa que deve ter pesado também contra o Amaral deve ter sido o Ecil Batista. Era um usineiro de Campos que tinha ligações com o Amaral e parece que depois mudou de lado. Houve algumas figuras do estado do Rio que mudaram de lado.<sup>9</sup>

*A impressão que se tem — essas coisas não estão muito bem estudadas ainda, é por isso inclusive que estamos empenhados neste projeto — é de que, com a fusão, Chagas conseguiu penetrar no interior do estado do Rio, inclusive nos redutos de Amaral Peixoto.*

Sim, mas há duas coisas. Se você olhar sob a ótica do poder, o Chagas realmente tomou conta da máquina administrativa. Agora, quem ficou do outro lado também realizou o seu grande sonho, o seu grande projeto de fazer oposição. Porque o Chagas funcionou como um gancho nesse processo, em que a luta era contra o regime. Você pega um Lisâneas Maciel: ele se elegeu deputado federal em cima de um discurso radicalíssimo. Esse rapaz de que falei, o Edson Khair, não tinha consistência para grandes vôos e se elegeu deputado, primeiro estadual e depois federal. J. G. de Araújo Jorge: era um antichaguista, chamava os chaguistas de “chagásicos”...

Acho que valeu a pena ficar do outro lado. Roberto Saturnino,<sup>10</sup> por exemplo, conquistou um mandato parlamentar importante, derrotou o Paulo Torres para o Senado no estado do Rio naquela eleição de 74, em que ninguém acreditava no MDB e a oposição acabou varrendo o Brasil. Eu me lembro que liguei para o Roberto e disse: “Roberto, vamos fazer alguma coisa para ganhar!” Ele: “Olha, Paulo, se eu não conseguir ganhar, tudo bem. Na próxima me elejo deputado”... Essa história do sujeito atirar numa coisa e acertar em outra é muito engraçada. Ele não era candidato a nada, porque não tinha chance de se eleger deputado federal. O candidato natural ao Senado

<sup>9</sup> Em 18 de janeiro de 1976 foi realizada convenção do MDB fluminense, na qual a chapa chaguista recebeu 433 votos contra 415 dados aos amaralistas, garantindo 23 representantes no diretório fluminense, número esse que representava a metade mais um de seus membros. Ver *DHBB*, op. cit.

<sup>10</sup> Roberto Saturnino Braga foi eleito deputado federal pelo estado do Rio em 1962 apoiado por coligação formada pelo Partido Socialista Brasileiro, o Movimento Trabalhista Renovador e o Partido Social Trabalhista. Assumiu o mandato em 1963 e tentou a reeleição em 1966, na legenda do MDB, mas foi derrotado. Em 1974 foi eleito senador pelo MDB fluminense. Em 1985 tornou-se o primeiro prefeito eleito pelo voto direto do Rio de Janeiro, na legenda do PDT. Durante sua gestão rompeu com Brizola, deixou o PDT e filiou-se ao PSB. Nessa legenda foi vereador no Rio de Janeiro de 1992 a 1996. Fonte: CPDOC-FGV, Setor de Atualização do *DHBB*.



seria o Afonso Celso Ribeiro de Castro, de Campos, um sujeito de valor, que ficou doente. O Amaral lembrou: “Então vamos fazer o seguinte: vamos botar o Saturnino. Pelo menos é uma ajuda a ele”. E o Saturnino dizendo: “Olha, posso não me eleger... Mas na próxima com certeza vou ser deputado...” Saturnino sempre foi um bom caráter, limpo, mas muito ruim de voto. Assisti a um caso muito parecido com esse na eleição do Collor. O Collor imaginava que ia perder a eleição, ia transferir o domicílio para o Rio, eleger-se governador aqui e em 94 ganhar a presidência...

*Se Chagas Freitas controlou tão bem o MDB do Rio de Janeiro, por que, depois da reforma partidária de 1979, ele foi para o PP?*

Por projeto de poder e afinidades ideológicas. Eu até fui a única testemunha do encontro do Tancredo Neves com o Magalhães Pinto, na casa do Magalhães Pinto, para a criação do PP. Os dois ficaram conversando, e o José Aparecido de Oliveira, que não assistiu à conversa, me colocou numa cadeira, como testemunha do entendimento deles. Resolveu-se fazer o PP, que seria uma espécie de PFL, e eu me lembro de que o mais difícil desse entendimento foi trazer São Paulo. Os mineiros se entenderam rapidamente em torno de projetos, o Magalhães não era candidato a governador e isso facilitou muito a formação do partido, que era de base mineira. Eles pegaram também o Tales Ramalho, o Olavo Setúbal e o Chagas, aqui no Rio.

*Com a ida de Chagas para o PP, como ficou o aí já PMDB do Rio de Janeiro?*

Deu uma esvaziada. O problema é que as lideranças no Brasil se constroem em cima do poder, da possibilidade que a pessoa tem de dar. Tem poder quem pode dar. Se você vai fundar ou expandir um partido com um sujeito que é parlamentar, outro que não tem dinheiro e outro que não tem instrumentos, fica uma coisa restrita a Jorge Leite, a Zezito Colagrossi, a Roberto Saturnino, a Artur da Távola e outros.

*Amaral nesse momento ainda ficou no PMDB. Só depois é que ele foi para o PDS, quando Chagas voltou para o PMDB.*

Amaral Peixoto, no final, estava jogando no projeto do genro dele. Fez a opção pelo partido do governo, o PDS, e sem dúvida, se não fosse ele, o Moreira não teria sido governador. Ele teve a sensibilidade de aderir na hora certa, perdeu a eleição de 82, que não estava no *script* dele perder, mas ganhou logo a seguinte.

*Amaral e Moreira praticamente fundaram o PDS aqui no Rio de Janeiro. Em 1975, Chagas era o MDB carioca, foi para o estado do Rio e incorporou o MDB fluminense. No início dos anos 80, houve um movimento contrário: Amaral, velho cacique fluminense, veio com o PDS liderar a antiga Arena.*

Aquilo ali era um projeto de poder. O que o regime militar queria? Queria ter sobrevida. Então eles fizeram um esforço extremo para eleger o Moreira, uma coisa brutal no sentido de investimentos. Na verdade, você vê o seguinte: o regime militar brasileiro deu sinais de exaustão muito cedo. Eles foram remendando, fazendo barganhas, dando cargos para um, cargos para outro. O Amaral sentiu e aderiu, entrou no partido deles.

Conheci o Amaral em 1968, 69, freqüentei-o muito. Era uma figura extraordinária, pela sua biografia, pelos favores que fez. Chegou a ser cogitado para presidente em 55, mas se manteve sempre muito próximo do Juscelino. Tinha acesso a todo mundo, às empresas de comunicação, à indústria, com a maior tranqüilidade. Jogou com grande habilidade, com grande maestria, para fazer o projeto do genro. A verdade é essa. Jogou as últimas fichas, porque não queria nem mais se reeleger. Já se elegeu

senador biônico dentro de um projeto de manter a base, de segurar até o Moreira decolar. Acho até que depois ele morreu com críticas ao Moreira. Agora, foi um homem que se consagrou, porque depois de tudo o que fez — começou como interventor, foi governador eleito, deputado federal, ministro do Tribunal de Contas, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ministro da Viação, senador eleito, senador biônico — ainda corou a carreira com a eleição do Moreira Franco.

*Como o senhor compararia Chagas e Amaral?*

Acho que o Chagas teve uma preocupação com a história menor do que o Amaral. Voou mais rasante. Chegou a ser citado para vice-presidente, mas vice dos generais... O Amaral, na verdade, tinha uma coisa favorável e negativa na condição de genro do Getúlio. Não tinha outro caminho a não ser o que ele trilhou. E trilhou com dignidade, com muita moderação. Já o Chagas, o destino de governador caiu no colo dele. Em condições normais, Chagas jamais poderia ser governador do estado do Rio, a despeito de sempre ter sido um deputado muito bem votado. Não fui chaguista, não fui amaralista, fui um jornalista que tive por eles respeito, muito mais pelo Amaral do que pelo Chagas, e não tenho deveres de fidelidade a nenhum dos dois. Tenho o compromisso de falar a verdade. Estou repetindo aqui o que algum dia já escrevi.

### **A eleição de 1982**

*Como o senhor viu a eleição de 1982?*

A verdade é que a eleição de 82, Nelson Rodrigues diria que estava escrita há mil anos. O que aconteceu? Aconteceu que deixaram o Brizola se registrar como candidato. E desgraçadamente ele escolheu o Rio de Janeiro. Podia ter escolhido o Rio Grande do Sul, mas como o Rio Grande do Sul já conhecia a inapetência dele para o gerenciamento da coisa pública, ele veio para cá, com o SNI tentando administrar a eleição. Foi muito interessante. Eles fizeram cálculos de que, para eleger o Moreira Franco, o Brizola tinha que crescer de 3%, que era o percentual a que estava confinado, e chegar a 17%. Então começaram dar força para o Brizola, a dar espaço na mídia, a construir a candidatura. Só que não combinaram com o Brizola nem com a opinião pública. O Brizola saiu de 3% e não parou mais.

*Como isso foi feito?*

É muito fácil: você constrói uma candidatura de maneira artificial. O *establishment* que comanda a imprensa abre espaço para o sujeito falar, e ele cresce. O Brizola tinha biografia, tudo de que ele precisava era um pouquinho de espaço para existir. O SNI teve uma presença fortíssima, inclusive na liberação de papel para o Brizola. Papel da Klabin. Uma ironia, mas também uma verdade. O Brizola renasceu pelas mãos do regime militar.

*O objetivo era neutralizar a candidatura do Miro?*

Era, mas a prioridade, depois de um determinado momento, com o eclipse da Sandra Cavalcanti, foi fazer o Moreira Franco. Houve um momento em que o Miro, que era o candidato palatável, influenciado pela sua assessoria, para ganhar legitimidade, teve que fazer uma coisa afirmativa contra o regime militar. Foi fazer um comício em Madureira e falou na “maldita comunidade de informação”. Como o pessoal do *Globo* estava associado à campanha dele, para dar uma valorizada no Miro, para lhe dar um novo verniz, botou em manchete: “Miro denuncia maldita comunidade de informação”. A partir daí a comunidade de informação se dirigiu à candidatura do Moreira Franco.

Nesse meio tempo houve uma questão muito mal esclarecida, que foi a candidatura da Sandra Cavalcanti. Era uma pessoa bem-falante, tinha aquela ligação com Carlos Lacerda, era uma pessoa forte, mas não tinha nenhuma consistência em termos de campanha. E foi muito mal assessorada por uma pessoa que até já morreu, Maurício Cibulares. Correm rumores de que o Maurício teria detonado a candidatura dela. Teria feito lá alguns acordos, e as lideranças que a estavam apoiando teriam migrado para o Moreira. Acho que isso é superestimar o Maurício Cibulares. A Sandra na verdade era uma má candidata. Era uma pessoa com alguns estigmas de coisas de que até não tinha culpa, negócio de matar mendigo no rio da Guarda, aquela bobagem, isso nunca existiu. Mas ela não soube tocar a campanha. Fazia uma campanha de portas fechadas, não recebia ninguém, e entrou cedo no “já ganhou”. As pessoas queriam trabalhar como voluntárias na campanha e ela não recebia. Conclusão: os outros passaram batidos por ela. Ela foi acabando, foi acabando e terminou com 3%.

*A mudança de postura de Miro Teixeira foi apenas uma estratégia para se diferenciar de Chagas Freitas?*

Ele queria se diferenciar do Chagas, mas não só isso. Quero prestar um depoimento: Miro entrou na campanha ainda desequipado como quadro de oposição, mas rapidamente se tornou um homem de esquerda. Uma vez, em Brasília, fui tomar café da manhã com ele — ele era secretário-executivo do Ministério da Administração, do Aluísio Alves — e tomei um susto, me senti diante de um cara do PC do B, radical. Ele tinha incorporado uma nova cultura, estava vivendo uma nova realidade. Foi uma pessoa estigmatizada pela sua ligação com o regime militar através do Chagas Freitas, e sobretudo pela sua omissão como parlamentar. Hoje é um outro homem público.

Na hora da eleição eu estava tão obcecado por aquela briga que, quando tive um sinal de fraude na apuração, imaginei que fosse para favorecer o Miro. Cheguei a ligar, com um amigo meu, Nonato Cruz, para o Brizola, para dizer a ele que o Flávio Paret, procurador do PMDB, estava dentro da sala do presidente do TRE fumando um cachimbo, o que era uma coisa altamente suspeita.

*Chegamos ao caso da Proconsult. Essa questão é muito polêmica e muito pouco esclarecida. Qual é a sua visão a respeito da fraude?*

Fraudar eleição é uma coisa inaceitável. Eu hoje sei como a coisa funciona porque vi o procedimento nas últimas eleições, vi como eles fazem. O roubo de voto nunca vai acabar! Você pode informatizar, pode contar um a um na presença de todo mundo, que sempre vai haver roubo. O roubo é feito com o eleitorado que migra. O sujeito mora em Nova Iguaçu e transfere o título para Volta Redonda. Vai efetivamente a Volta Redonda, para votar em fulano de tal, e recebe para votar, é pago a peso de ouro. Na minha cidade, Vassouras, apareceu recentemente um sujeito que transferiu dois mil votos para lá. Ele nunca mais perdeu eleição em Vassouras!

*Mas se o voto é transferido, deixa de estar em outro lugar.*

Claro. O mais certo é transferir de um colégio grande para um colégio pequeno. Se sumirem 2 mil votos de um colégio eleitoral de 200 mil ninguém percebe. Agora, se sumirem de um colégio eleitoral de 10 mil votos, todo mundo sabe. É feito um remanejamento de votos, concretamente. Você pode informatizar e desinformatizar à vontade.

*Mas o caso da Proconsult não foi exatamente esse. Era um problema na contagem, não?*

Era um problema de contar com a ignorância geral em relação à informática. Havia um programa que desviaria votos, eu não saberia dizer como. Até me orgulho de não saber isso. Mas aí o *Jornal do Brasil* entrou na história. O Miro também ajudou, reconheceu a vitória do Brizola e deu uma guinada na carreira.

*E o que o senhor diz da votação surpreendente do Brizola?*

O Brizola veio com uma carga histórica. Era um homem que tinha saído daqui enxotado, com o Jango. Eu até não os considerava vítimas, porque eles cavaram o golpe militar, motivaram os golpistas. Mas o golpe não deu certo, foi um projeto fracassado em termos de governo, de regeneração dos costumes, de moralização do país, de retomada do desenvolvimento, e veio o Brizola com essa marca. Independentemente da coloração partidária das pessoas, todos queriam que ele redimisse a sociedade com a sua eleição. Foi fácil vender isso para a opinião pública, dizer que a eleição do Brizola seria o fim do regime militar. Acho que esse foi o sentimento, foi a motivação de todas as pessoas, até das que não concordavam com ele. Foi muito fácil, depois que ele chegou a um determinado patamar, tocar a coisa adiante. Infelizmente o Brizola fez mau uso do governo. E é por isso que eu costumo dizer que a política do Rio de Janeiro é vítima de fatos subjacentes.

*Em que sentido?*

Brizola, quando ganhou o governo do estado, achou que estava no penúltimo degrau para chegar à presidência da República. O que ele fez então? Não governou o estado do Rio de Janeiro, botou um ou dois projetos na rua, entre os quais o dos Cieps — era uma coisa muito bem intencionada mas muito mal concebida, em que se priorizava a arquitetura e o que estava lá dentro não tinha nenhuma assistência, tanto que estão aí dezenas de Cieps sem condições de funcionamento —, e tocou uma campanha presidencial. Quer dizer, fez o governo do estado de olho na presidência da República. Brizola veio acima do bem e do mal! Não teve critério para montar a equipe, incorporou quem viesse, quem quisesse, entregou cargos a pessoas que não podiam receber cargos!

*Mas ele também não tinha uma base, um grupo político bem estruturado. O PDT era muito fraco.*

Pois é. Eu sou generoso com o Brizola, como também compreendi o Collor. Aliás, o Jânio também foi muito isso. O sujeito se elege em cima do seu prestígio pessoal, quer incorporar quadros e não consegue — o Collor foi um exemplo disso, fez um grande esforço para atrair o PSDB, e o PSDB queria que ele se danasse. Até o Fernando Henrique estava muito tentado a participar do governo e dar essa sustentação, mas o Covas não deixou. Quer dizer, falta aí uma visão de país, uma visão de Estado, das pessoas.

Brizola foi diferente. Brizola foi um fenômeno eleitoral e trouxe junto com ele uma bancada de deputados estaduais e federais. Mas não congregou. O projeto dele era ser presidente da República, e então ele não governou, porque ficou tudo em função de uma eleição presidencial. Já no segundo governo o problema foi outro. Ele foi governador do estado pela segunda vez não por falta de acuidade do eleitor, mas porque estava com a campanha feita. Vinha de uma campanha presidencial, estava com o nome construído e enfrentou uma pessoa frágil como era o Nelson Carneiro. Teve uma eleição folgadoíssima. Mas nesse segundo governo, mais um vez, houve uma

questão subjacente: em vez de sonhar com a presidência da República, o Brizola quis descarregar todo o rancor e o ressentimento dele em cima da sociedade. Frustrado na eleição presidencial, reassumiu o governo com um sentimento de revanche pela derrota. Governou com ressentimento, responsabilizando a classe média pelos maus resultados que tinha tido. A verdade é que o segundo governo do Brizola foi um caos, porque eles sentiram que não haveria uma terceira oportunidade. Então ninguém gerenciou nada, ninguém tocou nada.

*No segundo governo não havia projeto nenhum?*

O Brizola governava de casa! Várias pessoas que foram despachar com ele na avenida Atlântica me disseram que em alguns casos ele recebia de pijama! Ele tinha dois apartamentos, um no terceiro andar, em que recebia os políticos, e outro no sexto ou sétimo, onde morava. Descia, recebia as pessoas ali embaixo, tinha uma inapetência total e absoluta.

*Há uma legião de pessoas que saíram do brizolismo e estão por aí: Marcello Alencar, César Maia...*

Se você somar as pessoas que largaram o Brizola... Pela ordem: Agnaldo Timóteo, um homem de 500 mil votos, o deixou. José Colagrossi, uma pessoa que teve uma influência muito grande no sentido da composição do partido, o deixou. Roberto Saturnino, que foi eleito prefeito do Rio com ele, o deixou. Sebastião Nery, que foi um deputado muito importante, o deixou. César Maia o deixou. Marcello Alencar o deixou. Jamil Haddad, prefeito do Rio, o deixou. Brizola é uma pessoa muito obstinada no projeto pessoal dele. Agora, isso dá trabalho. Brizola é de uma época em que as coisas se resolviam num palanque, em que o país tinha uma economia pequena, com demandas menores...

### **Cultura do indivíduo, vocação nacional**

*Brizola não conseguiu construir um partido para além da sua liderança, mas esse não é um problema só do PDT. O estado do Rio não tem partidos fortes. Mesmo o PSDB, o PFL, não são partidos fortes.*

Estão em cima de uma pessoa. A gente pensa que está falando mal das pessoas e na verdade está falando mal da nossa cultura. Amaral Peixoto foi um cacique aqui no Rio de Janeiro porque as pessoas incorporavam o estilo dele. Da mesma forma o Chagas, o Brizola. Brizola desprezava esse negócio de partido. Quer dizer, sempre se é obrigado a encenar aquele apetite pela democracia, mas hoje a gente vê que nem o PT tem uma democracia funcionando nos moldes daquilo que eles pregam. Brizola tinha uma coisa muito engraçada. Marcava uma assembléia para as 8 horas da noite: “Vamos discutir uma pauta de temas aí, vamos sair com decisões unânimes”. O pessoal chegava, começava a discutir, e alguém dizia: “Vamos esperar, o Brizola está chegando”. Ele chegava à uma hora da manhã, o pessoal já estava debatendo havia cinco horas, falava de uma às três, ninguém agüentava mais, todo mundo queria ir embora e votava o que ele queria! Essa é que era a democracia que ele praticava. Outros nem isso faziam. Chagas nunca fez isso, nunca se deu ao trabalho de reunir o partido.

*A dificuldade de construir partidos mais sólidos é um problema brasileiro. Mas o senhor acha que no Rio de Janeiro isso é mais grave do que em outros estados?*

Acho que é. No Rio de Janeiro é mais grave por uma série de fatores. As pessoas têm muito a idéia de que o Rio de Janeiro ainda é o grande trampolim para a

presidência da República. Isso acontece porque a imprensa do Rio acha que é a mais importante do Brasil. Não é, mas acha que é. Como a TV Globo está baseada no Rio de Janeiro, gerando os fatos a partir do Rio de Janeiro, nós não nos convencemos de que a imprensa daqui não é mais a mais importante. Vêm o *Jornal do Brasil* e o *O Globo*, e fazem um produto como se o jornal fosse lido no Brasil inteiro. No entanto, você vai a Brasília, e *O Globo* e o *Jornal do Brasil* vendem tão pouco quanto qualquer jornal de qualquer estado.

*A vocação para o nacional continua então entranhada na cabeça do carioca?*

Claro! Moreira Franco, por exemplo, elegeu-se governador devendo tudo ao Sarney. Ganhou o governo do estado no auge do Plano Cruzado: o Funaro veio aqui, botou a mão na cabeça dele e o elegeu. Mas o Moreira não entendeu nada do que aconteceu naquele eleição. Não percebeu que ele era o resultado de uma coligação de forças políticas que iam da direita à esquerda. Só conseguiu ser governador porque tinha um rescaldo de aliança com o regime militar e porque ocupou uma legenda que não era a dele, porque retornou ao PMDB para ser candidato. Teve então facilidade para criar um leque de apoios e assumiu achando que tinha ganhado o governo do estado por ele. Por isso brigou com todo mundo que estava ao seu redor. Mas ficou com aquela sementezinha, de que quem é governador do Rio de Janeiro está a um passo da presidência de República. Qual foi o primeiro movimento forte nacional que ele fez? Foi querer reduzir o mandato do Sarney, uma pessoa com quem ele tinha uma dívida. O preço que o estado do Rio pagou por isso, com o bloqueio de todos os seus pleitos federais, foi uma coisa fantástica! Brizola também, quando se colocava como candidato automático à presidência da República, você acha que o governo federal, que àquela altura estava nas mãos do general Figueiredo, ia ajudar em alguma coisa? Não. No desespero, o que ele fez? Defendeu mais um ano para o Figueiredo! Quer dizer, é o projeto do indivíduo se sobrepondo a partido, a tudo. Sempre foi assim.

Acho, curiosamente, que quem, se não deu um bom exemplo de gestão, pelo menos foi diferente de tudo o que vimos até agora, foi o Marcello Alencar — hoje já se sabe que ele tem limitações de saúde e não tinha alternativas econômicas para governar o Rio de Janeiro de outra forma. O que ele fez? Fez o jogo do momento. Enxugou as dívidas, trabalhou no sentido de atrair investimentos, fez o jogo que convém ao estado. Como não tinha saúde, disposição física ou idade para tocar um projeto pessoal, acabou fazendo aquilo que todos deveriam ter feito. A bancada federal do Rio de Janeiro que está aí hoje é a primeira bancada parlamentar, talvez em 30 anos, que tem um comportamento de dar atenção aos interesses do estado. De tantos em tantos dias ou de tantas em tantas semanas, eles sentam juntos para discutir as questões do estado que unem o PT, o PDT, o PMDB, o PSDB.

*O senhor acha que houve uma melhoria de qualidade na representação federal?*

Não. O Rio de Janeiro foi tão onerado ao longo dos últimos 30 anos com esse tipo de comportamento egoísta, em que o sujeito se elege e vai tocar seu projeto pessoal, que fica difícil... Você pega a nossa queridíssima bancada e vê que ela está muito mais preocupada com o *apartheid* em alguns países da África do que com o problema aqui da Rocinha...

*Mas afinal não houve uma mudança no sentido de priorizar os interesses do estado a partir do governo Marcello Alencar?*

Eu não diria que houve uma mudança. Acho que o Marcello Alencar, pelas razões que mencionei, está governando no caminho certo. Nós chegamos a um

*imbroglio* tal no Rio de Janeiro que não dava para tocar de outra maneira. Você tem um crescimento vegetativo da folha de 2 ou 3%, e a economia não responde a isso, não há crescimento de arrecadação. O que é preciso fazer, então? Só existe um caminho: mesmo que não queira, você tem que privatizar, tem que desonerar a folha, tem que viabilizar o funcionamento da máquina. Tem que pagar menos pessoal para ter esparadrapo no hospital, ou para poder fazer a previdência estadual funcionar. Ele não tinha outra saída. Associada a isso, houve uma tomada de consciência dos parlamentares. Houve um momento, há quatro ou cinco anos atrás, em que se discutiu muito isso: “Toda vez que entra em discussão um tema do interesse de São Paulo ou de Minas, todos se unem em torno desse objetivo”. Resolveu-se fazer a mesma coisa. Mas as pessoas fazem a coisa compulsoriamente, como uma obrigação: “Se eu não for lá levo falta...” Ninguém está efetivamente preocupado se o Rio de Janeiro aumentou a absorção de mão-de-obra, se desempregou mais...

*A seu ver a saída para o Rio de Janeiro é a regionalização, no sentido de os seus políticos criarem uma consciência de que é preciso lutar pelos interesses do estado no âmbito da federação?*

Eu diria o seguinte: é uma questão de zelo. O Rio de Janeiro sofreu um esvaziamento econômico, e acho que a preocupação deve ser tentar revitalizar o estado com investimentos, com captação de recursos, seja de que maneira for. É uma preocupação normal. Uma pessoa que está lá em Manaus tem os mesmos dramas, e tem que discutir da mesma maneira. Agora, há um utilitarismo na ação política. Se você precisa juntar uma bancada com 40 deputados para forçar o presidente da República a transferir um investimento para o Rio de Janeiro, acho que isso tem que ser feito. É uma coisa elementar. Por que você vai deixar para um outro estado? Nenhum estado funciona assim. A preocupação com a economia interna tem que andar *pari passu* com o conjunto da economia do país. Não quero que um deputado federal tenha uma postura de vereador, muito pelo contrário. Mas acho que existem deveres, compromissos de cidadania, até porque o sujeito vota aqui, vive aqui.

*O comportamento dos políticos cariocas e fluminenses, de pouco empenho na defesa dos interesses do estado, seria resultado de uma situação de passado de capital federal, agravada em seguida pela fusão?*

Não acho. Acho que o país ainda está muito doente em seus costumes. O sujeito que conquista um mandato de deputado federal ou estadual passa por um vestibular na vida que mexe com a cabeça dele. Ele passa a ficar sintonizado basicamente com a sua reeleição. Infelizmente, hoje, a reeleição de um político é uma coisa muito penosa, muito dolorosa e às vezes até comprometedora. O sujeito fica preocupado em fazer os acordos de conveniência e em ter uma atuação de conveniência para ter a garantia de que vai estar entre aqueles 50%, 60% que voltam.

*Mas os paulistas não conseguem costurar melhor acordos do interesse de São Paulo? Os representantes do Rio de Janeiro, parece que não consegue cumprir esse papel...*

Mas o problema não é só dos políticos. O estado do Rio de Janeiro não é a mesma coisa que São Paulo. Você bota junto dos políticos de São Paulo um empresariado poderosíssimo, e é meio caminho andado. Faltam homens no estado do Rio de Janeiro. Se você for ver as figuras mais preeminentes, mais importantes da vida política do estado do Rio de Janeiro, eles estão jogando para as empresas deles, estão jogando para eles mesmos. O sujeito conquista um mandato de senador e acha que ganhou oito anos, só vai voltar ao Rio dali a quatro anos porque quer uma reeleição. Quer dizer, falta espírito público.

*Vamos deixar São Paulo. Como se comportam os mineiros, por exemplo?*

Acho que Minas é bem regionalista. Nas questões atinentes ao interesse do estado eles são bem bairristas. Mas não quero colocar isso como sendo uma preocupação minha. Longe de mim querer que os homens públicos se amesquinhem, se preocupem com a coisa paroquial. O deputado federal, o senador, têm lá as atribuições deles. Eu gostava muito do Darcy Ribeiro. Era um sujeito com muitos defeitos, mas era um senador da República! Artur da Távola é um senador da República! É um sujeito que você percebe que está preocupado com as coisas banais e também com as coisas importantes da educação, da cultura, da comunicação. Não vou cobrar do Artur da Távola o desempenho que eu cobro de um deputado federal que está ali lutando para renovar o seu mandato.

Estamos discutindo isso por uma razão muito simples: porque o Rio de Janeiro sempre foi o estado das grandes figuras políticas. Tivemos um Brizola, que é uma figura que está na história do Brasil atual; tivemos um Carlos Lacerda, um Negrão de Lima, tivemos pessoas importantes. São um tipo pessoa cuja linha se espera que o estado retome em algum momento.

*A seu ver, quais são as novas figuras potenciais capazes de atuar na cena nacional?*

Acho que o Rio de Janeiro está vivendo uma entressafra muito grande. Eu diria o seguinte, a contragosto: acho que o espaço da direita será muito bem ocupado pelo César Maia. É uma pessoa que entendeu como funciona o poder, não tem muita cerimônia em fazer o jogo pessoal dele, tornou-se uma pessoa da confiança do *establishment*. Pela direita, vai ser uma presença sempre forte. Não acredito muito no partido dele, acho que o PFL é uma coisa nordestina, mas se ele conseguir alianças aqui no Sul do país, como é o sonho do PFL, vai ser um político forte. Acho que temos que apostar nos novos valores, nas pessoas que têm um nível de descompromisso, um nível de coragem. Gosto muito do Sérgio Cabral Filho, acho que é um garoto que tem, até por ser garoto, uma audácia muito grande. É muito empreendedor e articulado. Gosto muito do Francisco Dornelles, pela qualificação e vocação político. Admiro também o Wladimir Palmeira, na vertente da esquerda.

Agora, quero apostar numa geração que ainda vem, com novos valores, com uma nova cultura incorporada. Estamos vivendo o final de uma era, de um ciclo econômico, de um ciclo político. Acho que o Brasil não volta mais para trás, só vai andar para a frente. Pode ser que eu esteja enganado, mas acho que essa cultura da estabilidade econômica, da retomada de crescimento, vai criar uma geração nova de políticos com outra visão do processo.

### **Jornais: grandes, pequenos e virtuais**

*Como o senhor vê hoje um jornal do porte da Tribuna da Imprensa?*

Estou fora de lá desde 1992, mas acho que hoje a *Tribuna* encontrou uma estabilidade, não sei se de uma forma auspiciosa ou não. Acho que o jornal perde o charme com o nacionalismo xenófobo. Mas isso reflete muito a cabeça do Hélio. Eu não faria o jornal que ele está fazendo. A *Tribuna* antes era um jornal negado diariamente, mas era um milagre que se repetia a cada dia. Você ia na banca e a *Tribuna* estava lá. Por mais que as pessoas negassem, ela estava lá, resistindo e existindo, com um nível de presença bem razoável. Essa linha do nacionalismo exacerbado é ruim. Nacionalismo, na minha opinião, não é ideologia. É obrigação de todo cidadão. Acontece que as coisas se alteram. Há dias, a Confederação Nacional da Indústria divulgou um estudo mostrando que, 10 anos depois da abertura comercial, a



indústria brasileira continuava gastando menos de 10% da sua receita com a modernização da sua produção. Esse pessoal não quer competir, e pregar o nacionalismo nessas circunstâncias é defender cartórios para maus empresários. Também não acho justo manter um monte de estatais deficitárias nas mãos do Estado. O Hélio mexe muito nisso.

*Atualmente, qual é a tiragem da Tribuna?*

Hoje eu não saberia dizer, mas o problema é o seguinte: se você vender na avenida Rio Branco mil exemplares de um jornal, isso é mais importante em termos de repercussão política do que vender 100 mil na região da Leopoldina, porque lá quem compra o seu jornal são pessoas aposentadas: lê o homem, lê a mulher, e se esgota ali a força do que é dito. Já o efeito multiplicador de uma notícia lida no *clipping* de uma Petrobras é muito grande. Os jornais menores, do porte da *Tribuna*, do *Jornal do Commercio*, têm uma presença quase igual à dos grandes jornais no centro nervoso. Quando faço assessorias, a minha equipe produz um *clipping* que coloca no mesmo nível de igualdade as informações publicadas pela *Tribuna*, pelo *Jornal do Brasil*, pelo *Globo*, *O Povo*, *O Dia*, o *Jornal do Commercio*, enfim, todos os jornais que circulam no Rio de Janeiro com notícias relativas à área do Judiciário, contas etc. E a opinião de quem está na administração pública pesa muito mais do que a do sujeito que está em Campo Grande.

Negar a existência desses jornais menores é antes de tudo uma burrice. Esses jornais existem e têm um papel. Eu até diria o seguinte: acho que a imprensa teve um papel na história do Brasil muito mais importante, muito mais forte, no tempo em que se tinha produtos de 20 páginas. A *Tribuna* tinha 20 páginas, a *Última Hora* também. O país era muito mais aceso, mais democrático, e os jornais eram muito mais representativo das correntes de pensamento. Qual é o grande jornal com 100 páginas que vai bater de frente com uma multinacional, com uma empresa estatal poderosa? Hoje os jornais grandes só faltam dar jornal de graça. Os prêmios que dão aos assinantes valem mais do que o próprio produto. É sinal de que alguma coisa está errada ou está mudando. Acho que o jornalismo no Brasil era muito mais saudável no tempo em que se tinha, no Rio de Janeiro, 10, 12 jornais vivendo da venda avulsa.

*Saudades do pré-64?*

Não, o *Diário de Notícias* fechou nos anos 70. O *Correio da Manhã* também. Mas o Brasil era um outro Brasil. Você fazia um jornal de 24 páginas e influía no pensamento político do país. A *Tribuna* e a *Última Hora* eram dois jornais incipientes e travaram batalhas de vida ou morte neste país, em épocas de grande ebulição. O *Correio da Manhã* foi um jornal fortíssimo! Acho que era o caminho mais saudável. A grande imprensa fez uma opção pelo jornalismo americano, e os jornais-empresa são verdadeiros dinossauros que se movem com uma lentidão muito grande.

*Como o senhor vê a Internet e o futuro do jornalismo?*

Acho que a comunicação vai mudar radicalmente, embora não saiba que fórmula eles vão dar. Você hoje ainda pode preferir o papel, não gostar da Internet por uma questão cultural. Mas vai incorporar esse hábito brevemente. Televisão, por exemplo: minha mulher tem mania de reclamar de Ratinho, de Sílvio Santos, e eu digo: “Tânia, esquece! Essa televisão não é mais feita para você. A sua televisão é a cabo”. As emissoras abertas estão falando para um público cada vez mais baixo para manter aquele nível de audiência. E os jornais vão pelo mesmo caminho! Vai haver uma mudança brusca aí, não sei como... O que eu acho que vai acontecer é que daqui

a mais um tempo você vai pagar para ler jornal na Internet. Porque se o jornal não cobrar, ele vai acabar com uma das fontes de lucro. Estou me habituando a ler jornal pela Internet. Mas continuo assinando alguns jornais impressos.